

V ENANCIB

Título do artigo: Por um novo modo de olhar: Fotografia, Informação e Consciência

Grupo temático: Informação e Sociedade – Ação Cultural

Autor: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva¹

Resumo: Este artigo origina-se de tese de doutorado, defendida em abril de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objeto de estudo são os projetos ou atividades de digitalização de acervos fotográficos públicos e as transformações ocorridas na relação instituição/consulentes destes acervos. A investigação teórica foi associada a uma ação empírica desenvolvida junto a 16 instituições públicas — repositórias de acervos fotográficos referentes à cultura, arte e história, todas na cidade do Rio de Janeiro — e junto a seus consulentes, permitindo-nos a identificação de necessidades e demandas e de caminhos para o seu atendimento.

Palavras-chave: digitalização; fotografia; acervo fotográfico; consciência; informação.

Introdução:

No estudo intitulado “Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital” (Silva, 2002) procurou-se observar reflexos da adoção de tecnologias de conversão de fotografias para o formato digital e refletir sobre a possibilidade de expansão da consciência através da fotografia. Três questões conduziram a investigação: como vêm se estabelecendo novas metodologias de trabalho no processo de digitalização destes acervos? como a sociedade e as instituições absorvem e respondem a esta nova mentalidade? como a tecnologia de acesso a conteúdos informacionais digitais públicos pode atuar na expansão da consciência? A formulação teórica — estabelecendo correlações entre informação e consciência; representação e conteúdo; tecnologia e acesso — orientou a aplicabilidade social aos acervos fotográficos, associando a fotografia ao desenvolvimento de nossa percepção/cognição. A identificação de novos conceitos que transformam práticas vigentes no acesso a acervos fotográficos públicos permitiu caracterizar ‘universo digital’ como a configuração espacial de um *forum* privilegiado onde se interligam os diversos campos da representação e da produção humana. O estudo aborda outros aspectos técnicos importantes para a demarcação de processos decisórios relativos à reformatação digital como seleção, captura, metadados, armazenamento, acesso via redes e custos institucionais. Nesta oportunidade estaremos

¹ Doutor em Ciência da Informação. E-mail: rubensri@iis.com.br.

explicitando apenas alguns aspectos da abordagem teórico-filosófica, da metodologia adotada e dos resultados alcançados com a pesquisa.

Da fundamentação teórico-filosófica:

Dois conceitos são fundamentais no estudo: a) informação, definida como processo orientado à ampliação de nossa consciência acerca das possibilidades de conhecimento e de ação num determinado contexto social, e b) conteúdo informacional digital, entendido como uma dimensão, ou seja, uma grandeza quantificável e localizável no espaço virtual. Conteúdo, portanto, não é informação: é dimensão, é *representação*.

O estudo propõe que uma dimensão caracterizada pelo conteúdo de acervos fotográficos digitais públicos seja entendida como representação que reúne e oferece possibilidades para a ampliação da consciência e da capacidade de ação junto a instituições, objetivando o atendimento de necessidades. É o acesso às versões digitais das imagens que interessa. Neste sentido, a proposta consistiu em privilegiar a noção de tecnologia de acesso a conteúdos informacionais digitais como instância formadora de consciência, como instância através da qual uma interface seja formulada no sentido de favorecer a expansão da consciência da possibilidade do acesso ao conhecimento, sempre orientado a ações que visem ao atendimento de necessidades sociais e/ou individuais. A categoria ‘instância’ remete a “fatos típicos que servem de exemplo para o estudo de uma propriedade geral” (Lalande, 1996). Os ‘fatos típicos’ são as operações de acesso a conteúdos informacionais digitais, ou seja, o fato típico é a tecnologia de acesso; a ‘propriedade geral’, então, é a ampliação da consciência: a tecnologia possibilitando ao indivíduo a expansão da consciência. A sociedade, por extensão, é beneficiada. É interessante notar que Zeman (1970) tece comentários acerca de uma relação entre o trabalho social e a informação social, que resultaria num “pensamento da sociedade, a consciência da sociedade” (p.167). O que se pretende é que uma dimensão como a dos conteúdos fotográficos digitais seja tecnologicamente desenvolvida de forma direcionada ao fortalecimento da capacidade de ação do indivíduo junto às instituições.

É de se observar a complexidade da abordagem aqui proposta: a) a informação é um processo; b) este processo permite uma expansão da consciência; c) esta expansão

não remete, aqui, a uma consciência política, estética, de classe, religiosa, ecológica, mas a uma consciência que se poderia talvez chamar de informacional, ou seja, uma consciência da possibilidade do conhecimento e da ação informada.² A ação visa a colocar a instituição a serviço da sociedade e do indivíduo, e não do poder. O conhecimento visa ao atendimento de necessidades individuais ou sociais. O conhecimento, ele também, é um processo, e não um elemento de um processo. Talvez se possa dizer que o conhecimento esteja mais relacionado à memória — esta “possibilidade de dispor dos conhecimentos passados, ... que já estiveram disponíveis, e não ... simplesmente [como] conhecimentos *do* passado” (Abbagnano, 1999); esta “função psíquica que consiste na reprodução de um estado de consciência passado com a característica de ser reconhecido como tal pelo sujeito” (Lalande, op.cit.) — enquanto informação se relaciona mais diretamente à consciência, à consciência da possibilidade de conhecer e agir num determinado contexto social.³

O que se entende é que a informação está relacionada à nossa própria capacidade de existir no mundo e não a uma estrutura ou superestrutura determinada. Apenas para lembrarmos diferenças de abordagens, Brookes considera o conhecimento como uma estrutura de conceitos interligados por relações, e informação como uma partícula (*a small bit*) de tal estrutura, conforme expressa na sua clássica pseudo-matemática ‘equação fundamental’, $K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$, onde a estrutura do conhecimento $K[S]$ é modificada por um fragmento de informação ΔI , resultando numa nova estrutura $K[S + \Delta S]$, onde ΔS representa o efeito de tal modificação. A informação, então, neste caso, só serviria para modificar uma estrutura de conhecimento. No caso de nosso estudo, no entanto, conforme já vimos, informação é processo, e não estrutura estabelecida. Ou seja, não é a interpretação das observações sensoriais realizadas através de uma determinada estrutura de conhecimento que transforma tais dados, resultantes da observação, em informação, conforme propõe Brookes (1980, p.131).

² Com alguma relutância, resolvemos adotar a expressão ‘consciência informacional’ como instrumento de apoio a reflexão. No início nos pareceu inadequada, mas verificamos que sempre foram adotadas qualificações junto ao termo consciência, como consciência possível (Goldmann), gnoseológica (G.Gómez), criadora / passiva (Lefèbvre), operária / comunista (Rui Fausto), filosófica / espontânea / religiosa / iluminista / individual (Rouanet), universal (Marx), global (Pierre Lévy), e ainda consciência política, crítica, histórica, planetária, cósmica, ecológica, estética, de classe. Isto nos deu o suporte para manter o instrumento de apoio à nossa reflexão.

³ Talvez seja como observou a D^{ra}. Lena Vania Pinheiro, ao considerar, durante a orientação da tese, em fevereiro de 2002, que o enfoque adotado aponte para o conceito de informação como uma ‘perspectiva de conhecimento’.

Informação não é resultado, é todo um processo que permite a ampliação da consciência da possibilidade de conhecer e agir. Permite, portanto, ficarmos mais conscientes de que podemos adentrar outro processo, o de conhecer, e mais outro, o de agir.

A tecnologia adquire, no estudo, um sentido mais próximo ao de técnica do que de teoria ou de filosofia das técnicas. O enfoque da tecnologia como técnica se enriquece, pois além de apresentar-se como conjunto de procedimentos, bem definidos e transmissíveis, caracteriza-se também por ações de comunicação e encadeamento de relações humanas, profundamente correlacionadas ao desenvolvimento da civilização.

Há uma certa congruência, uma certa harmonia, entre a parede da caverna da alegoria grega clássica, onde sombras iludiam homens acorrentados, e a proposta do estudo realizado, associada à fruição de imagens fotográficas no *écran* de um computador. No Livro VII do diálogo *A República* (Platão, 1996) somos remetidos à idéia de consciência quando o filósofo utiliza uma alegoria para refletir sobre a educação ou a falta dela no mundo grego. Procurávamos as diferenças ou semelhanças que poderiam haver entre aquele que se livra das correntes e das falsas imagens na caverna, contemplando a realidade, e aquele que utiliza a tecnologia para acessar imagens digitais procurando ampliar sua consciência da realidade. O que se pretendeu foi correlacionar a alegoria da caverna ao ciberespaço para pensarmos sobre um universo digital como local de ação onde o indivíduo e a sociedade exercessem um maior domínio de suas instituições. Por considerarmos que é informacional o processo a que é submetido o prisioneiro da caverna até tornar-se liberto, procuramos elaborar o conceito de informação como um processo — uma concatenação de eventos, de fenômenos, que se desenvolve com alguma unidade e regularidade — capaz de promover a ampliação da consciência que temos acerca da possibilidade de conhecer e agir. Ao ampliar sua consciência quando arrancado das correntes que o prendem e ao tomar contato com a realidade da qual só via sombras, o homem da caverna é liberto de uma ilusão de outrora, habilitando-se mesmo a retornar e tentar retirar os outros acorrentados da situação desinformada em que vivem, onde na verdade as sombras projetadas na parede não passam de representações da alienação em que estão opressivamente mergulhados. O liberto passa a ter condições de oferecer aos seus semelhantes a oportunidade de também ampliarem suas consciências acerca da possibilidade de conhecer e agir no contexto em que vivem. De acordo com a

interpretação de Rouanet (1985, p.59), “os sentidos são enganadores, mas a razão pode corrigir suas deformações. A ilusão sensível não é inevitável. O prisioneiro da caverna é uma sombra movendo-se entre sombras, mas pode aceder, pela inteligência, e sob a condição de não se deixar ofuscar pela luz, ao livre céu das idéias”.

Para efeitos de organização do pensamento, foi útil, num determinado momento, cunhar a idéia de ‘consciência informacional’, conforme já vimos, apoiando-nos no pensamento dialético marxiano, para refletirmos sobre esta consciência da possibilidade de conhecer e agir. Em contraposição aos que compartilham da compreensão segundo a qual a informação se define como um elemento, efeito, estrutura, conteúdo ou suporte físico com símbolos nele arranjados, entendemos que informação é processo. Entender a informação como processo orientado à ampliação da consciência é uma forma de, resistindo à ideologia pós-moderna, nos mantermos interrogando as questões das relações sociais, das relações intersubjetivas, recolocando a questão do poder, da história e da cultura, como já sugeriu Chauí (1999). Assumindo a concepção marxiana da história, nossa ótica não é a do sujeito como extensão do objeto, é a do sujeito como ação; nossa categoria fundamental não é a da lei, mas a da totalidade. Nossa perspectiva teórico-metodológica assume a compreensão acerca do processo informacional pela ótica de uma teoria da consciência em Marx, conforme veremos adiante.

Inúmeros autores, sejam do campo da Ciência da Informação (CI), ou de outros campos da pesquisa científica, das áreas exatas, sociais ou humanas, já apresentaram definições para o que seja ‘informação’, acabando por caracterizá-la mais como uma categoria — uma unidade de significação de um discurso epistemológico — do que como um conceito, significante de um discurso científico. Em Pinheiro (1997) pode-se verificar que nosso campo de pesquisa desenvolveu-se a partir de variada inter-relação disciplinar, com forte participação de cientistas e filósofos que deram forma ao campo do conhecimento imprimindo nele delimitações advindas de áreas científico-profissionais relacionadas primordialmente ao registro documental, ainda que o papel do suporte destes registros tenha decaído em importância desde os estudos de Shanon e Weaver em meados do século XX.⁴ De qualquer forma, a observação leva a crer que ainda predomina a concepção segundo a qual a informação de que trata a CI seja aquela

⁴ *A teoria matemática da comunicação* (1949), *apud* Pinheiro, 1997, p.191: “Esta teoria, por si só, trouxe uma contribuição respeitável para a Ciência da Informação, [principalmente por] ter dado autonomia, ou melhor, tê-la liberado do suporte, maneira tradicional de se pensar a informação”.

resultante de noções, conceitos e categorias advindas de campos caracterizados por perspectivas teórico-metodológicas relacionadas à organização de livros, objetos ou documentos, na forma de registros acessíveis à consulta para um resgate ou recuperação da fonte original. Na verdade, a constituição inicial do campo se dá principalmente num meio científico claramente empírico-positivista, o norte americano, num período histórico caracterizado por conflitos mundiais e ideologias de pós-guerra que reforçaram preconceitos com teorias que não estivessem, digamos, alinhadas com o perfil do capitalismo democrático representativo liberal, antimarxista. Com isso, muitos dos estudos desenvolvidos no campo da CI, no Brasil e no exterior, adotam, ampla e indiscriminadamente, autores que, não obstante sua importância para o desenvolvimento do campo, fundamentaram toda sua abordagem no pensamento de Popper, como é o caso, por exemplo, de Brookes. Este é um dado curioso, já que o próprio autor — ao comentar o trabalho de Popper intitulado *The logic of scientific discovery*, de 1934, onde o filósofo argumenta que a ciência não está preocupada com a Verdade, em seu sentido absoluto, mas em tentar estender nosso conhecimento do mundo externo *falseando* teorias correntes, e não *verificando-as* — destaca que, “infelizmente, embora Popper tenha se ocupado enormemente com o crescimento do conhecimento científico, não tomou conhecimento do conceito de *informação*, do qual nós tanto dependemos (...) Popper sadly ignores the concept of information” (Brookes, op.cit., p.126 e 129).

Popper não aceita a teoria da consciência em Marx, segundo a qual a existência determina a consciência. Para ele essa visão seria apenas residual da consciência, onde os humanos estariam sendo concebidos como seres absolutamente regidos pelas circunstâncias provenientes e resultantes de estruturas sócio-econômicas. Como já destacou Penna (1986), o que limita a interpretação de Popper, bastante sociologista e economicista com relação ao papel desempenhado pelo ser humano no processo histórico, é que dela são omitidas duas outras importantes teses de Marx, registradas em comentários a Feuerbach: a terceira tese, segundo a qual o homem se modifica em modificando as circunstâncias, e a décima primeira tese, que afirma que até então nada mais fizeram os filósofos além de interpretar diversamente o mundo, quando o que de fato importaria seria empenhar-se em sua transformação.⁵ Popper parece dar muita ênfase ao epigrama da teoria da consciência em Marx, supervalorizando

⁵ Para as “Teses sobre Feuerbach”, ver Marx e Engels (1986), *A ideologia alemã*.

equivocadamente a afirmação de que é a existência que determina a consciência, sem que houvesse uma adequada valorização da dialética que apontaria para a reversibilidade das relações entre consciência e existência, onde a consciência sofre os efeitos derivados de condições sócio-econômicas mas que, da mesma forma, também atua sobre elas, modificando-as. Para Popper, as predições de Marx não passavam de profecias, e o marxismo seria, assim, uma teoria de salvação. “Por ser assim é que Popper não vê conciliação possível entre o marxismo e uma tecnologia social ... que efetivamente concede ao homem a condição de responsável pelos sistemas sócio-econômicos que predominam um certo momento histórico” (Penna, op.cit., p.62).

De fato, a análise de Penna reflete e parece legitimar a premissa fundamental da pesquisa realizada. Partindo-se do princípio de que o que se deve reter do entendimento acerca da relação entre tecnologia e sociedade (em determinado ponto de seu desenvolvimento), é que o Estado é um fator decisivo no processo como um todo — já que expressa e organiza as forças sociais e culturais dominantes num determinado espaço e tempo — faz-se necessário estar atento ao paradoxo que pouco a pouco parece manifestar-se com mais frieza: a concepção de um Estado constituído como entidade autônoma no interior da sociedade.⁶ Nossa premissa fundamental, então, como oposição a este perigo, assume que a tecnologia deve expressar a capacidade de uma sociedade projetar-se na busca da maestria tecnológica, utilizando para isso suas próprias instituições, incluindo aí o Estado. A origem desta reflexão está no amplo estudo desenvolvido por Castells (1996), ao longo de mais de uma década, em que o autor analisa a complexidade da nova economia, sociedade e cultura a partir do que chamou de “revolução tecnológica informacional”: “O processo histórico através do qual tal desenvolvimento de forças produtivas se dá marca definitivamente as características da tecnologia e seus entrelaçamentos nas relações sociais”.⁷

O que teoricamente pretendemos com o estudo foi, inspirados na alegoria platônica e procurando aplicar uma concepção materialista da história, refletir sobre um monitor, acoplado a um computador conectado ao mundo por redes de comunicação, como uma ‘metáfora da caverna’, onde percorremos um difícil caminho, um

⁶ J. Ziegler debateu com R. Debray, entre outros temas, sobre a questão da "autonomia do Estado, que domina este final de século", na rádio France Culture, de 11 a 15 de outubro de 1993, durante o programa "A Voix Nues". O debate foi bastante antagônico, rico e relevante, tendo sido publicado em português. Ver Ziegler e Debray, 1995.

⁷ Castells, 1996, p.13.

aprendizado muitas vezes árduo, em busca de expansões da possibilidade de conhecer. O que procurávamos, conforme já mencionamos, eram diferenças ou semelhanças entre aquele que se livra das correntes na caverna, contemplando a realidade, e aquele que através da tecnologia acessa conteúdos digitais para ampliar sua consciência da realidade. O computador, passa, assim, a ser um meio que nos permite interceder num estado de inconsciência e também aprimorar uma prática libertária.

Acreditamos que a digitalização de acervos fotográficos públicos gera artefatos culturais digitais originalmente inseridos em um processo informacional capaz de ampliar a consciência acerca das possibilidades de conhecer e agir. Considerando o grande interesse por imagens fotográficas, deveriam ser propostos, em função dos novos contextos tecnológicos institucionais, novos modelos para se reunir, organizar e disponibilizar estas imagens, de forma que provoquem uma 'mudança no jeito de olhar', visando inseri-las efetivamente no processo informacional.

Neste processo, as imagens fotográficas constituintes de acervos fotográficos públicos, organizadas segundo critérios específicos, apresentam-se como "saber", como possibilidade de conhecimento, tornando-se importante elemento para o desenvolvimento de uma consciência adquirida pela fruição de séries de representações digitais de imagens fotográficas, disponíveis no ciberespaço. A hipótese aqui é de que o resultado da fruição, oriundo de um 'novo olhar', corresponde ao que se poderia chamar de uma expansão da consciência informacional. Para mudar o olhar é preciso dar às versões digitais das imagens fotográficas um sentido de organização para o acesso digital que seja capaz de expandir a consciência, num processo análogo ao que busca toda arte que se preza. Por participar de tal forma na vida cotidiana, a fotografia acaba por exprimir desejos e necessidades de camadas sociais as mais diversas, não podendo, de fato, ser entendida apenas como mais um processo de criação, já que é, sobretudo, um dos mais eficazes meios de influência em nosso comportamento, e até no desenvolvimento de nossas idéias (Freund, 1974). Se colecionamos fotografias, então, conforme sugere Lemagny, sentimos algo como viver momentos vividos por um outro, com ele, adotando-os. "E, diante de uma fotografia, não dizer apenas: 'isto foi', mas 'nisto, também eu fui'".⁸ Mesmo quando já inserida na coleção de algum museu, com circulação mais restrita e, portanto, tendo reduzida sua possibilidade de ser questionada,

⁸ Lemagny, 1992, p.94.

a fotografia torna-se, então, ‘questionante’ em seu próprio silêncio: “Cessamos de perguntá-la: ‘o que você representa, o que você quer dizer?’; é ela que passa a questionar: ‘O que você sabe sobre o que você vê aqui ? O que você pode dizer sobre isto?’”⁹.

Canclini nos lembra que a fotografia realiza seu papel cognoscitivo a partir do momento em que é “capaz de perfurar as máscaras, aquilo que se apresenta imediatamente à experiência, e propor olhares não familiares sobre o mundo”, e com a condição de que se reconheça que “o sentido das fotos nunca está completo nelas mesmas, mas que se constitui e varia no processo de circulação social” (1987, p. 16-18). É o processo de circulação social, variado, subjetivo, culturalmente específico, que preenche de sentido uma fotografia, a partir do grau de atração e provocação que exercerá sobre cada um de nós. Como diz Sontag (1981, p.23), “a onipresença da fotografia produz efeito incalculável sobre nossa sensibilidade ética”.

Aspectos metodológicos:

Pesquisar correlações envolvendo fotografia, informação e consciência impunha uma certa dificuldade à estruturação da metodologia adotada no estudo, no que se refere ao aspecto empírico: o estabelecimento de critérios de rigor científico específicos e mecanismos de controle para uma asserção não passível de observação essencialmente pragmática. Como avaliar se o acesso a uma ‘dimensão’ pública — caracterizada pelo conteúdo resultante da digitalização de acervos fotográficos públicos — pode oferecer ao indivíduo possibilidades de expansão da consciência através da fruição de versões digitais de fotografias? Como averiguar se uma ‘instância’ tecnológica — o acesso a conteúdo digital — pode permitir, orientar ou favorecer a expansão da consciência da possibilidade de conhecer e de agir? Como avaliar se há realmente possibilidades de a consciência expandir-se no sentido de fortalecer nossa capacidade de ação?

Certamente seria necessário um período de tempo muito longo para tão ousada investigação, com utilização de alta tecnologia e uma equipe multidisciplinar, de forma que se pudesse verificar não só a assertiva, mas também diversos aspectos cognitivos relacionados à busca de conteúdos informacionais. Talvez sejam necessárias décadas e décadas para que se atinja tal capacidade de averiguação pragmática com relação à

⁹ Lemagny, *apud* Soulages et alii, 1986, p.5.

consciência. Seria, então, o método frágil? Subjetivo? Acreditamos que não. A fragilidade de um método, sua inadequação ao objeto investigado, pode estar mais no grau de rigor dos procedimentos adotados e não “na interferência subjetiva, entendida como causalidade científica, já que traz embutidos um grau de conhecimento, um componente de repetibilidade e um operador lastreado pela razão e não pela crença instintiva ou sobrenatural”.¹⁰

O que importa não é procurar a ocorrência de uma expansão da consciência, mesmo porque o objeto de estudo não é a consciência, é a informação. O que importa é favorecer a expansão da consciência, utilizando, no processo informacional, versões digitais de imagens do acervo fotográfico público. Consideramos que o mínimo que se pode fazer pelo século XX é dar acesso às fotografias constantes do acervo público através da tecnologia que o século permitiu. As instituições, ainda que isso não esteja explicitamente lavrado em suas missões, podem favorecer a ampliação da consciência dos indivíduos através do acesso a versões digitais do acervo fotográfico público, devolvendo à sociedade os registros que ela mesma produziu e mantém conservados. Como? Disponibilizando as imagens para acesso via internet.

Este foi o caminho encontrado para uma abordagem clara dos problemas envolvidos na questão da digitalização; por esta via, do esclarecimento acerca de um “como se faz isso”, estabeleceu-se uma certa estrutura e planejamento que definiu quantidade e tipos de variáveis associadas à investigação e suas inter-relações, não prescindindo, portanto, da aplicação de métodos científicos que evitassem subjetividades que impedissem a validação científica do estudo. Foi preciso, primeiramente, ter uma visão dirigida aos consulentes de tal documentação, às demandas que formulam, ao que pesquisam, mas também à amplitude mais abrangente de seu potencial de necessidades. Não é o caso de enquadrar-se este elemento da metodologia — o conhecimento acerca dos consulentes de acervos fotográficos — como caracterizador de um estudo de usuários: trata-se, apenas, de um meio para alcançar os objetivos: é sabendo quem são e o que procuram que melhor se poderá propor espaços informacionais digitais onde possam expandir suas consciências. Foi necessário também, naturalmente, saber quais instituições, dentro de um conjunto pré-determinado, possuíam acervos fotográficos, conhecer como eram constituídos, saber

¹⁰ Frota e Frota (1994), *Acesso à informação: estratégia para a competitividade*, p.17.

que serviços as instituições ofereciam, além de investigar como vinham atuando com relação ao novo contexto digital.

Junto às instituições, o estudo foi conduzido de forma semelhante à caracterizada pela ‘observação participante’, que nos leva a romper o par sujeito/objeto, concebendo um relacionamento mais proveitoso do tipo sujeito/co-sujeito, que facilitou a coleta dos dados, propiciando maior integração.¹¹ As instituições pesquisadas deram importante apoio ao desenvolvimento do estudo, solicitando aos consulentes que preenchessem formulários, gentilmente recolhendo-os, por dois meses aproximadamente, até que fossem entregues ao pesquisador.

A pesquisa empírica foi realizada junto a 16 instituições públicas (10 federais, 5 estaduais e 1 municipal) que possuem acervos fotográficos referentes à cultura, arte e história, situadas na cidade do Rio de Janeiro. O principal critério para a seleção das instituições foi o de constar da base de dados do Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), facilitando tremendamente o trabalho de pesquisa em muitos aspectos.¹²

As instituições da esfera pública federal que fizeram parte do estudo foram o Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Centro de Documentação e Informação em Arte (FUNARTE), Museu de Imagens do Inconsciente, Museu do Índio, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Villa-Lobos, Chácara do Céu (Museus Castro Maya) e Paço Imperial; na esfera estadual fizeram parte Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, Casa da Marquesa de Santos (Museu do Primeiro Reinado), Divisão de Folclore do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e Museu dos Teatros; na esfera municipal, apenas o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Foram elaborados 2 formulários: um destinado aos responsáveis pelos acervos, e outro destinado aos consulentes. Os objetivos do formulário institucional, destinado aos responsáveis pelos acervos fotográficos, foram caracterizar os acervos fotográficos das instituições, identificar os serviços oferecidos e eventuais políticas e estatísticas de uso e

¹¹ Este método foi adotado durante a pesquisa empírica desenvolvida no mestrado em Antropologia da Arte (UFRJ/EBA), com resultados significativos. Ver Silva, 1994. Sobre a pesquisa participante, ver Brandão, 1985.

¹² Diversos dados relativos a cada uma das instituições pesquisadas podiam, então, ser consultados na base de dados do CPBA (Beck, 1994/2002, coord.), em <http://www.cpba.net> (15/01/2002). Em junho de 2001 o Projeto já reunia dados de mais de 2600 instituições.

de usuários, e identificar eventuais atividades de digitalização desses acervos, reunindo dados sobre os processos adotados. Já o formulário individual, dirigido aos consulentes, teve como objetivos caracterizar o perfil do público, as motivações de suas consultas e as suas demandas e necessidades com relação aos acervos fotográficos que consultam.

O formulário institucional constituiu-se de 65 questões, 90% delas bem objetivas (do tipo Sim/Não; de múltipla escolha). No entanto, só as instituições que já desenvolvessem atividades de digitalização o preencheriam integralmente. Apenas 8 das 16 instituições o preencheram na íntegra.

O formulário individual caracterizou-se por um reduzido número de questões, apenas 20, bem objetivas, de forma a facilitar a colaboração dos indivíduos. Este formulário, do tipo auto-administrado, destinado exclusivamente a consulentes de acervos fotográficos, permaneceu por um período de 60 dias, entre os meses de abril e julho de 2001, à disposição daqueles que desejassem participar da pesquisa. O período de coleta destes dados encerrou-se em 15 de julho de 2001.

Resultados e discussão:

A pesquisa empírica permitiu delinear um panorama público multi-institucional onde foram reunidos dados que podem favorecer e facilitar a discussão de interesses, temas, procedimentos, produtos, relacionados à digitalização de acervos fotográficos. Diversos dados técnicos reunidos em tabelas, quadros e gráficos, relativos a equipamentos existentes, constituição de equipes, variados aspectos relativos a contextos institucionais públicos, e também algumas características do público consulente e de suas demandas e interesses, podem responder a questões que muitas das instituições se colocam ao pretender elaborar ou dar início a um projeto de digitalização de imagens fotográficas de seus acervos.¹³

No tocante a consulentes, a investigação possibilitou traçar o perfil do público que pesquisa em acervos fotográficos. Vale ressaltar que 40% dos respondentes têm como objetivo de suas consultas aos acervos fotográficos a pesquisa associada a contextos acadêmicos — graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, congressos e projetos de extensão — refletindo, talvez, um aspecto do desenvolvimento em ciência e

¹³ Nos limitaremos a uma visão geral dos resultados alcançados. Não obstante, todas as instituições pesquisadas receberam cópias gravadas em CD-ROM contendo o estudo em sua integralidade, permitindo, assim, a consulta aos dados coletados.

tecnologia no país. Em seguida, produção literária e áudio-visual são os objetivos mais registrados pelos respondentes, com 17% e 8% respectivamente. Ou seja a produção científica somada à produção de livros e de filmes responde por 65% da consulta aos acervos.

Quanto a políticas públicas relativas à digitalização de acervos fotográficos, e levando-se em consideração a natureza das instituições abordadas no estudo, diríamos que os temas contemplados em um projeto deveriam estar relacionados com a história do Rio de Janeiro, com biografias e/ou com teatro se pretendermos contemplar os 64% dos consulentes que pesquisam ou procuram por estes assuntos. É claro que o fato de alguns temas serem pouco procurados, como circo e esporte, que correspondem a apenas 1% das indicações nos formulários, não implica em somenos importância num eventual projeto piloto interinstitucional de digitalização. Pelo contrário, pode vir a configurar-se como um projeto de mais fácil execução, tornando-se até mesmo um foco de interesse renovado entre antigos e novos consulentes, locais ou remotos.

Os temas comuns mais frequentes nos acervos pesquisados são retrato, arquitetura, eventos oficiais, manifestações étnicas/religiosas e escultura. Isto pode ser elemento de uma primeira decisão sobre o que digitalizar num projeto conjunto. Sob uma outra ótica, se a decisão for baseada em processos fotográficos raros nas instituições, a opção por daguerreótipos, existentes em apenas 3 instituições, poderia conferir maiores chances de o projeto ser bem sucedido, em função das pequenas quantidades de itens. Este é o caso também dos ambrótipos, ferrótipos e cianótipos, mais raros ainda, já que constam de apenas duas instituições.

Ao promover-se o acesso remoto aos *sites* das instituições, constituídos de ferramentas de busca e bases de dados de versões digitais de fotografias, que possam ser impressas remotamente pelos usuários, em suas impressoras pessoais, deve-se levar em consideração a preferência registrada por imagens que medissem 18 x 24 cm ou 20 x 25 cm. Ambas as dimensões cabem numa folha formato A4, comumente utilizada em impressoras domésticas, anulando a necessidade de ajustes de tamanho da imagem. Vale registrar que dos 20% de consulentes que demandam serviços digitais, 40% solicitam cópias em disquetes e outros 40% pedem serviços de impressão. Em detrimento da baixa demanda, acreditamos que uma maior oferta, realizada dentro de parâmetros adequados, implique num maior interesse por esses serviços e,

conseqüentemente, uma maior demanda. Vale ressaltar a necessidade dos gravadores de CD, que começam a suplantam os disquetes, já que estes não se mostram os mais apropriados suportes para o trabalho com arquivos de imagens de qualidade.

Outro dado importante é que 80% do total geral dos respondentes têm acesso à internet em suas casas. É o caso de se aumentar a participação das instituições na internet, mas não só isto: é preciso expandir horizontes e ampliar a margem dos modestos 50% de instituições que pensam em consultas remotas quando projetam bases de dados de imagens. É preciso, também, ampliar a oferta de bases de dados, já que apenas 37% das instituições pesquisadas as produziam.

Torna-se necessária, ainda, a revisão, por parte das instituições, de suas decisões acerca de equipes reduzidas para projetos de digitalização de imagens fotográficas de seus acervos. Parcerias e investimentos “pesados” são imprescindíveis. É preciso ampliar as equipes, tornando-as multidisciplinares, e dividir mais as responsabilidades. Outro aspecto correlacionado está nas fontes de recursos. Constata-se a predominância (50%) de recursos advindos das próprias instituições na execução de seus projetos e, por outro lado, o empenho para se conseguir aumentar a participação de empresas e instituições privadas, existente em apenas 25% dos projetos. Os esforços para compartilhar custos e responsabilidades em projetos interinstitucionais de digitalização podem e devem ser maiores, já que esta necessidade foi manifestada por apenas 25% das instituições.

Ficou clara a associação feita pelas instituições entre digitalização de imagens fotográficas e preservação de seus acervos, já que 100% delas declaram que a principal intenção está na diminuição do manuseio de originais. Neste caso, então, deve-se atribuir maior importância, tecnicamente, à opção de capturas digitais diretas (a partir dos originais), o que pode implicar em maiores investimentos, por exemplo, em versáteis e dispendiosas câmeras digitais, ou em *scanners* de base plana adequados, com unidade de transparência acoplada, de custo mais acessível, bom para materiais com formatos fixos e capazes de promover alta produtividade. Deve-se procurar incorporar o uso de escalas/tarjetas (milimétricas, de cores, de cinzas, que nenhuma das instituições adotam) junto às imagens, como procedimento mais adequado. Calibragens de *scanners*, monitores (de técnicos e de consultentes) e impressoras não fazem parte da rotina institucional, o que é um equívoco, particularmente em se tratando de acervos de

imagens em processo de conversão digital. Muitos dos problemas referentes à qualidade de impressão, de não correspondência de cores/tons entre o que se vê no monitor e o que é impresso, podem estar relacionados a esta falta de cuidado básico. Um aspecto que chega mesmo a ser totalmente desconhecido dos técnicos é a necessidade de calibragem dos ambientes de visualização de imagens em monitores. Naturalmente, esta medida deve ser adotada para os consulentes, mas não só: a digitalização propriamente dita só será adequada se realizada em ambientes calibrados. Também ficou registrado em 100% o interesse das instituições em aprimorar buscas e recuperação de registros informacionais, denotando atenção para com os consulentes da documentação. Podemos inferir daí que a digitalização e um adequado sistema de recuperação de conteúdos informacionais são condições básicas para o acesso e para sua universalização, fortalecendo, assim, as condições necessárias ao estabelecimento de elementos que favoreçam a ampliação da consciência.

Além de procurar manter as notações já existentes nas fotografias do acervo, acrescentando-lhes apenas um ou outro índice diferencial (uma letra, por exemplo, identificando as diferentes versões de uma mesma imagem), e de sempre procurar produzir relatórios técnicos com os métodos adotados na digitalização, redobrando esforços no sentido de assumir padrões internacionais acerca de imagens digitais (bem como dos metadados correlatos), é preciso estar atento às cópias de segurança das imagens. Pelos dados que coletamos já havia 10971 imagens digitalizadas, reunindo cinco instituições. Apenas 38% das instituições que já desenvolviam projetos ou atividades de digitalização produziam cópias de segurança.

Conclusões:

O que se mostrou durante os levantamentos empíricos da pesquisa é que um vasto e riquíssimo acervo fotográfico — portador de uma beleza praticamente desconhecida da população em geral — constitui o patrimônio das instituições que fizeram parte da pesquisa, todas na cidade do Rio de Janeiro, e que certamente poderia estar a serviço da cidadania, da arte, da educação, da formação infanto-juvenil, do esclarecimento público. Alguns milhares de fotografias já estão em versão digital e precisariam ser legitimamente inseridas com maior amplitude na tessitura sócio-cultural

de nosso cotidiano, integrando-se de fato ao processo informacional pela importância de que estão investidas enquanto registro visual de nossa história e de nossa cultura.

“Perfurando as máscaras”, propondo “olhares não familiares sobre o mundo”, a fotografia realiza seu papel cognoscitivo. Seu sentido não se limita à fruição e se constituirá a partir dos diferenciais caracterizadores dos processos de circulação social, subjetivos, culturalmente específicos. Ao fruir as imagens através de interfaces adequadamente elaboradas, o indivíduo acessa e apreende o conteúdo informacional não apenas como elemento redutor de incerteza, mas como quem se insere numa dimensão — grandeza quantificável e localizável no espaço virtual de acesso público — que favorece a expansão de consciência. Uma mudança do olhar poderá advir de um novo sentido de organização e acesso a versões digitais de imagens fotográficas.

O mundo é nossa caverna, quase prisão, onde imagens ou reflexos de realidade pretendem dizer mais que o próprio verbo. Diz-se: ‘uma boa imagem vale por mil palavras’ — um exagero retórico apenas. Os fotógrafos do cotidiano, por exemplo, que dedicam-se ao registro fotográfico baseando-se em métodos etnográficos¹⁴, sempre procuram driblar intenções escondidas nos objetos, decifrando suas condições culturais: “fotografias são imagens de conceitos, são conceitos transcodificados em cenas” (Flusser, 1985, p.38). Imagem e discurso sempre remeterão um ao outro. Conforme já refletiu Lefèbvre (1991), o vasto campo de significações, de significantes, que a imagem nos traz, sempre incerto, múltiplo, só pode ser ‘dito’ — mudado em significado — através do discurso, ainda que ele mesmo pareça flutuar, apoiando-se na imagem, quando é ela, imagem, que mais precisaria de apoio. Mas o fato é que nos regalamos com imagens do amplo acervo de mundo passado e presente a que nos convidam os olhos, colecionamos fragmentos de mundo em fotos, transformando e ampliando nossa capacidade de recordar, de conhecer, de sentir, de explicar, de agir, de exigir. Com o surgimento e a popularização do acesso a versões digitais de imagens, fixas ou em movimento, que anteriormente ficavam restritas a consultas muitas vezes impossibilitadas pela distância, tem-se agora maiores condições de relacionar o reflexo de realidade com a ação que poderia conduzir a alterações em certo estado ilusório de conhecimento. O ciberespaço expõe a possibilidade do conhecimento através do conteúdo digital que disponibiliza. O *écran* de nossos computadores torna-se porta de

¹⁴ Não se trata, aqui, do repórter fotográfico da imprensa cotidiana.

acesso a um enorme mundo de imagens, representações de nossas realidades humanas, reflexos do que somos, do que pensamos, do que vemos, do que fazemos. Uma pequena caverna no interior da caverna mundo, oferecendo a nossos olhos um inventário impossível de relatar, tamanha sua vastidão e suas possibilidades de nos trazer conteúdo representado em linguagem quase invisível de ‘zeros e uns’, convertidos, por sua vez, em sons, textos, imagens digitais.

A pesquisa realizada nos permitiu perceber um prolongado estágio de organização dos acervos como caracterizador das instituições. Isso se refletiu, por exemplo, nas diversas motivações alegadas, durante as entrevistas em algumas das instituições, para o não fornecimento de alguns dados que solicitamos no formulário institucional, como as estimativas de frequência média de consultas ao acervo fotográfico. No caso de acervos raros em beleza e conteúdo documental, que registram frequências de consulta irrisórias, percebemos o desvinculamento institucional com relação à universalização do acesso e à questão dos conteúdos e da identidade cultural, relevante linha de ação do Programa Sociedade da Informação. Observamos, em todas as instituições, a necessidade de um conhecimento mais elaborado sobre normas e padrões, nacionais e internacionais, e de sua adoção mais efetiva em atividades de digitalização. Constatamos também reduzida capacitação técnica para o desenvolvimento de projetos de digitalização e escassez de recursos materiais, financeiros e humanos.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao desenvolvimento e aplicação de idéias e soluções para atividades ou projetos de digitalização, predominantemente entregues à iniciativa privada, quase nunca alcançando resultados adequados. Certamente tais limitações institucionais são reflexo do ainda pouco conhecimento que temos dos diversos aspectos técnicos.

Produzir versões *master*, de pré-visualização, de visualização e de impressão, uniformizando suas características nas diferentes instituições, pode ser uma boa medida para os que pretenderem, no futuro, estabelecer cooperações que visem ao acesso via internet, que por si própria já acentua a tendência à cooperatividade. Imagens em quantidade e qualidade adequadas serão um estímulo aos consulentes, que assim poderão mais rapidamente manter contato com a instituição e ter suas demandas e

necessidades atendidas sem o desconforto do deslocamento, muitas vezes dificultado pelas distâncias.

A eficácia institucional passa, então, a estar associada à disponibilização digital remota de seus acervos para um amplo segmento da sociedade, maximizando sua utilização e satisfazendo necessidades e demandas, além de possibilitar um reconhecimento da memória fotográfica social e da própria sociedade onde vivemos. Considerando o grande interesse sempre despertado por imagens fotográficas — um dos mais eficazes meios de influência em nosso comportamento, no desenvolvimento de nossas idéias, participando de tal forma da vida cotidiana que acabam por exprimir desejos e necessidades das mais diversas camadas sociais — propusemos um modelo de reunião, organização e disponibilização destas imagens¹⁵, que visa a uma 'mudança no jeito de olhar' coleções fotográficas públicas e que procura inseri-las efetivamente no processo informacional, associado aos novos contextos tecnológicos institucionais.

Enfatizamos a necessidade de um maior volume de pesquisas que possam enriquecer projetos de formação de imagens digitais e de sistemas de acesso. Tais pesquisas exigem uma variada gama de conhecimentos técnicos e teorias advindas de contextos científicos os mais diversos. Urge, portanto, o aperfeiçoamento de mecanismos — políticos, técnicos, acadêmicos, científicos, tecnológicos — que garantam a comunicação entre pesquisadores nas diferentes disciplinas. É notório que sem a formação adequada e sem os investimentos necessários à pesquisa e ao desenvolvimento dificilmente serão alcançados bons resultados.

Concluindo, entendemos que a história é o testemunho do sujeito como ação. Atuar num campo como o da Ciência da Informação deve significar participar efetivamente da ação que move a história, oferecendo aos indivíduos e à sociedade teorias e instrumentos que visem à expansão de seus estados de consciência, através da informação e das tecnologias contemporâneas a cada estágio do desenvolvimento humano. A esfera pública pode oferecer instrumentos que favoreçam a ampliação do saber e orientem a ação prática num determinado contexto, promovendo a expansão da consciência no indivíduo e o aperfeiçoamento da cooperatividade interinstitucional na sociedade. A digitalização de imagens do acervo fotográfico público e sua disponibilização no ciberespaço são caminhos a se percorrer com esse objetivo. O

¹⁵ Ver Silva, 2002, p.49.

modelo proposto no estudo deverá ser aperfeiçoado em um protótipo que reunirá versões digitais de itens de acervos fotográficos de diferentes instituições em um único espaço informacional digital, acessível via internet. O apoio institucional será fundamental para seu desenvolvimento. Considerando o apoio incondicional anteriormente oferecido pelas instituições pesquisadas, certamente a pesquisa terá desdobramentos futuros.

Referências:

ABBAGNANO, Nicola (1999). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.

BECK, Ingrid (Coord.) (1994 / 2002). **Projeto Cooperativo Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos**. Commission on Preservation and Access / Council on Library and Information Resources / Andrew W. Mellon Foundation / Vitae Apoio a Cultura, Educação e Promoção Social / Fundação Getúlio Vargas / Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.cpba.net>. Acesso em: 15jan.2002.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.) (1985). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense.

BROOKES, B.C. (1980). The Foundations of Information Science. Part 1: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, n.3/4, p.125-133.

CANCLINI, Nestor G. (1987). Fotografia e ideologia: seus pontos comuns. In: FUNARTE/ INFoto, **Feito na América Latina - II Colóquio Latino-Americano de Fotografia** (México, 1981). Rio de Janeiro / México, Ministério da Cultura / Conselho Mexicano de Fotografia, p.13-18.

CASTELLS, Manuel (1996). **The rise of the network society**. Oxford: Blackwel Publishers, v.1.

CHAUÍ, Marilena (1999). A universidade operacional. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 09mai.

FLUSSER, Vilém (1985). **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Hucitec.

FREUND, G. (1974). **Photographie et Societé**. Paris: Ed. du Seuil.

FROTA, Maurício; FROTA, Maria Helena (1994). **Acesso à informação: estratégia para a competitividade**. Metodologia pra recenseamento e bases conceituais de uma rede nacional de informação em serviços tecnológicos. Brasília: CNPq/IBICT, FBB.

- LALANDE, André (1996). **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.
- LEFEBVRE, Henri (1991). **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática.
- LEMAGNY, J-C. (1992). **L'Ombre et le Temps: Essais sur la Photographie comme Art**. Paris: Nathan.
- MARX, Karl; ENGELS, F. (1986). **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC.
- PENNA, Antonio Gomes (1986). **Cognitivismo, consciência e comportamento político**. São Paulo: Vértice.
- PINHEIRO, Lena V.R. (1997). **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Tese. Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO.
- PLATÃO (1996). **A República**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROUANET, Sérgio P. (1985). **A razão cativa**. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense.
- SHANON, Claude; WEAVER, Warren (1949). **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL. *Apud* Pinheiro, 1997.
- SILVA, Rubens R.G. (1994). **Fotografia do Cotidiano: uma estética etnográfica. A velhice feminina num abrigo para idosos**. Dissertação. História da Arte. Orientador: Guilherme Sias Barbosa. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 2 v.
- SILVA, Rubens R.G. (2002). **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital**. Tese. Ciência da Informação. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, PPGCI; UFRJ/ECO; IBICT.
- SONTAG, S. (1981). **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor.
- SOULAGES, F. et alii (1986). **Photographie et Inconscient**. Paris: Osiris.
- ZEMAN, Jiri (1970). Significado filosófico da noção de informação. In: COLÓQUIOS FILOSÓFICOS INTERNACIONAIS DE ROYAUMONT. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.154-179.
- ZIEGLER, Jean; DEBRAY, Régis (1995). **Trata-se de não entregar os pontos - Conversas radiofônicas**. São Paulo: Paz e Terra.